

Modelos de virtude cristã: A Pia União Das Filhas de Maria em uma Paróquia de origem italiana

Fábio Augusto Scarpim¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar uma associação religiosa feminina em uma paróquia formada por imigrantes italianos, situada no município de Campo Largo, Paraná; nas décadas de 1940 e 1960. A Pia União das Filhas de Maria foi uma das associações femininas leigas de maior peso da Igreja no contexto de romanização do catolicismo. Com o objetivo de implementar parâmetros de feminilidade, pautado nos ideais de pureza sexual, obediência, humildade e devoção, inspirados nos modelos das santas mães e/ou virgens como Maria e Inês, padroeiras da associação, definia-se o ideal de comportamento para as moças católicas. Das associadas era cobrado um comportamento bastante rígido que ia desde as vestimentas até os gestos, cuja fita azul (símbolo de pertencimento) usada em meio às vestes brancas tinha forte apelo simbólico, pois atribuía a integrante uma identidade de moça respeitável, devota, pura, e que tinha um papel de destaque na Igreja. Nessa direção procuraremos enfatizar os modelos de virtude, os valores morais e o ideal de comportamento que a Igreja Católica buscou impor para um grupo de moças que serviriam de espelho para as demais. Da mesma maneira, procuraremos compreender como a experiência de fazer parte da Associação está presente na memória das jovens, bem como a sua importância na construção da identidade seja individual como coletiva na paróquia em estudo.

Palavras chaves: Igreja Católica, imigrantes italianos, mulheres.

Models of the christian virtues: The Union Pia of Mary Daughters in a Parish of the italian origin

This article has for objective analyze one female religious association in a parish formed for Italian immigrants, located on the city of Campo Largo, Paraná, between decades 1940 and 1960. The Union Pie of Mary daughters were one of the lays female associations of most importance in the Church on context of Catholicism Romanization. With the objective of implement femininity model's, based on the models of mothers and/or virgins saints how Mary and Ines, patron of the association, was defined the ideal of behavior for the catholic girls. Of this associated was asking for one rigid behavior that went since the clothes to the gestures, whose blue tape (symbol of the belonging) used on rather the white clothes had strong symbolic appeal, as conferred one identity of respectable, devote and pure girl and that had prominence role on the Church. On this direction we look for emphasize the virtue models, the morals values and the behavior ideal that the Catholic Church wanted impose for one girls group that was served of the mirror for the others. The same way, we look for understand how the experience of make part of the association is present in the

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. Professor QPM da Secretaria Estadual do Estado do Paraná (SEED-PR) e do Centro Universitário Andrade (Unidrãde). Endereço eletrônico: fabio_scarpim@hotmail.com

girls memories, as how her importance on the identity construction as much individual both collective on the study's parish.

Key-words: Catholic Church, Italian immigrants, women.

Recebido em 17/06/2014 - Aprovado em 17/08/2014

Este texto tem como objeto de análise uma associação religiosa feminina: **A Pia União das Filhas de Maria** em uma paróquia formada por imigrantes italianos e seus descendentes, situada no município de Campo Largo, Paraná. A partir da metodologia da Análise do Discurso² e da problematização dos conceitos de memória e identidade teceremos algumas considerações sobre a maneira pela qual a Igreja Católica se posicionava diante do feminino, quais os discursos veiculados pela instituição, bem como a experiência de jovens que vivenciaram esse processo. Utilizamos como fonte o livro de atas da Associação, o Manual das Filhas de Maria e algumas memórias de mulheres que pertenceram ao grupo entre os anos 1940 e 1960.

As associações marianas têm origem no século XII quando o beato Pedro de Honestis instituiu, na Igreja de Santa Maria, em Ravena na Itália, a Confraria dos Filhos e Filhas de Maria, que além da medalha pendente do pescoço trazia a fita azul (MANUAL DA PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA, 1948). O pleno desenvolvimento dessa Associação só veio ocorrer em 1864 quando ela foi canonicamente estabelecida, com regra e manual aprovado pelo Papa com o novo nome Pia União das Filhas de Maria, sob o patrocínio da Imaculada Virgem e de Santa Inês. A efetivação da criação da confraria acontece em um contexto em que a Igreja Católica buscava reconquistar seu poder social frente as transformações do mundo moderno, especialmente diante do processo de racionalização dos Estados Liberais e de desclericalização da sociedade. Nessa direção, as ações eclesiais vinham no sentido de firmar suas posições frente ao ataque de seus inimigos como o socialismo, o liberalismo, o protestantismo entre outros.

O catolicismo ultramontano ou a reforma romanizadora como ficou conhecida, por meio de vários documentos expedidos pelo Sumo Pontífice, aprofundou uma visão conservadora da Igreja e da religião. Para legitimar seu discurso, passou a se colocar como a única portadora da verdade. Assim, investiu na formação do clero, enfatizou os sacramentos como os principais meios de salvação e trouxe os movimentos leigos para controle direto das autoridades eclesiais. As associações marianas como a Pia União das Filhas de Maria emerge nesse contexto em que a Igreja buscava fomentar um modelo específico de religiosidade católica, uniformizando suas práticas, na qual se valorizava modelos próprios do que deveria ser a conduta moral e religiosa ideal de um católico. Além de promover o culto a Virgem Maria, a associação visava incutir nos associados o

² Para definir Análise de discurso estamos nos pautando na conceituação de Helena Hathsue Nagamine Brandão para a qual o discurso é toda atividade comunicativa entre interlocutores e a atividade produtora de sentidos que se dá na interação entre falantes que pertencem a um grupo e por isso carregam crenças, valores culturais, sociais ou a ideologia do grupo de que fazem parte. Todo discurso produz efeitos de sentidos que expressam as posições sociais, culturais, ideológicas dos sujeitos da linguagem. Às vezes, esses sentidos são produzidos de forma explícita, mas na maioria das vezes não (BRANDÃO, 2004, p.2).

que a Igreja considerava o verdadeiro espírito cristão, especialmente nos jovens que compunham a maior parte dos (as) associados (as).

A criação de associações para mulheres, como a Pia União das Filhas de Maria, se desenvolveu no contexto de romanização do catolicismo diante de um novo discurso sobre o feminino. A partir do século XIX em meio ao clima de novas ideias revolucionárias e dos debates sobre a educação, especialmente feminina, a Igreja passou a ver a mulher como portadora de uma prática religiosa diferenciada (mais intensa, mais regular) do que a do homem. No olhar católico, sendo elas isenta de paixões políticas e dotadas de uma sensibilidade perfeitamente exemplar, o que antes era tido como negativo se tornou um aspecto positivo do gênero (GIORGIO, 1996, p.201-203). Assim, a Igreja passou a valorizar cada vez mais o papel maternal, da mãe como iniciadora dos preceitos católicos no lar que seria responsável pela conversão da família e, por conseguinte, da sociedade. Nessa direção, as mulheres deveriam ser educadas para serem boas mães, filhas e esposas. Essas representações foram reforçadas pela valorização das santas mães e das santas virgens.³

Certamente o melhor exemplo de modelo feminino a ser seguido era o de Maria, vista como a personificação da santidade, exemplo de mãe e de esposa, a anti-Eva redentora, a eterna virgem. Enquanto Eva era representada como a porta do pecado, símbolo da perdição masculina, com imagens sempre associadas ao sexo, Maria surge como porta de salvação, modelo de recato, pureza, humildade, desvinculada de desejo sexual, ligada ao lar e a maternidade (RIBAS, 2010, p.4). No discurso católico Eva era representada como aquilo *que a mulher é* e Maria como aquilo *que a mulher deveria ser* (MOTA-RIBEIRO, 2000, p.26). A ideia da natureza pecaminosa de Eva era transferida para o social que acabava por legitimar as diferenças de gênero e justificar a dominação masculina. O catolicismo ultramontano buscou ressignificar os papéis femininos ao exaltar as virtudes marianas, porém manteve as hierarquias de gênero, uma vez que foi enfatizada a figura feminina como o “anjo do lar”, restrita aos espaços domésticos.

Além da valorização do modelo mariano, várias outras santas mães ou virgens foram exaltadas pela Igreja como modelos a serem seguidos. No caso da Pia União, além de Maria, Santa Inês também era padroeira. A referida santa foi escolhida para representar a Confraria devido a sua trajetória de vida: o martírio em nome da virgindade. Segundo a Igreja, constituía um dos mais perfeitos exemplos de santidade associada à castidade. Inês (Agnes no italiano) é elevada a condição do mais sublime exemplo de santificação feminina, pois, foi martirizada por conta da insistência na manutenção da pureza. No relato de morte da mártir, Inês teria optado pela castidade perpétua, inspirada na Virgem Maria, preferindo a morte ao descumprimento de seu voto, quando esta foi obrigada a se casar.

O caso de Inês é bastante interessante para observar as representações criadas em torno da santidade feminina pela Igreja e os papéis de gênero na construção da santidade. Ao contrário dos santos masculinos, a maioria das santas mulheres tem como

³ Um exemplo claro dessa valorização é a proclamação do dogma da Imaculada Conceição em 1854 pelo papa PIO IX.

parâmetro de santidade a defesa inabalável da castidade como bem é demonstrado na história de Santa Inês: “preferiu a morte a deixar violar sua castidade”. Tanto o exemplo de Maria como de Inês evocam as virtudes que a Igreja queria implantar no comportamento feminino: castidade, obediência, humildade, modéstia, devoção. A Pia União das Filhas de Maria cumpriria o propósito de disciplinar o corpo e moldar o comportamento de mulheres em uma fase da vida marcada pela instabilidade, pela descoberta e pelo afloramento dos desejos: a juventude.

No Brasil, as primeiras associações marianas foram organizadas em Minas Gerais, sendo a primeira em Mariana no ano de 1853, cujo objetivo era atender as alunas internas do Colégio Providência (OLIVEIRA, 2009, p.248). A partir do final do século XIX colégios internos e associações femininas se disseminaram por todo o território nacional, cujo principal objetivo era manter as jovens e senhoras dentro dos padrões religiosos e morais estabelecidos pela Igreja. Faz parte de um esforço da Instituição Católica no sentido de recristianizar a sociedade brasileira, tendo em vista a crise vivenciada pelo catolicismo até o período do Império, no qual as mulheres serviriam como veículo de propagação dos preceitos católicos. Nesse sentido, foi muito importante a contribuição dos imigrantes que já traziam várias das práticas ultramontanas internalizadas. Conforme destaca Rioldando Azzi, o *catolicismo de imigração* seria implantado no Brasil em duas fases sucessivas. Em uma primeira etapa seria promovida pelos próprios colonos e em uma segunda fase orientada pelos múltiplos clérigos vindos da Europa para o atendimento religioso dos imigrantes (AZZI, 1993, p.70-73).

Na paróquia de São Sebastião em Campo Largo, objeto desse estudo, a Pia União das Filhas de Maria foi instituída juntamente com a Associação dos Congregados Marianos (associação masculina) em 1937, ano em que é oficializada a criação da paróquia.

As associações leigas estabelecidas no contexto de romanização do catolicismo brasileiro tinham por objetivo inculcar nos fiéis modelos de valores morais a serem seguidos pelos demais. Entretanto, não serviam apenas para transmitir os ensinamentos católicos ou para a vivência da religião, serviam também para controlar a impetuosidade juvenil que tanto preocupava a Igreja. Eram espaços de vigilância e controle dos jovens que geralmente ficavam sob a supervisão do pároco que exercia a função de padre diretor. Portanto, as associações eram uma das formas encontradas pela Igreja para normatizar o comportamento dos jovens que iniciavam um contato maior com o mundo exterior, inclusive fora do âmbito da paróquia.

As associações marianas não são exclusivas da comunidade paroquial estudada ou das áreas de colonização italiana, muito pelo contrário, existiam em inúmeras paróquias do Brasil e do mundo. Na perspectiva de Foucault, a partilha da doutrina, de um mesmo conjunto de discursos por numerosos indivíduos tende a definir uma pertença recíproca. Assim, a doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, consequentemente, todos os outros; mas ela serve de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los (FOUCAULT, 1996, p.42-43). Enfim, estabelece redes de enunciatários que se ligam, mesmo sem se conhecer, por vínculos de obediência, de interdições e de partilhas doutrinárias de um mesmo enunciador.

No universo das associações católicas a preocupação maior era principalmente com a sexualidade, mas também com o contato com novas crenças e ideias contrárias aquelas pregadas pela Igreja (especialmente o protestantismo, a maçonaria, o comunismo e o espiritismo). A vigilância maior era sobre as moças, tanto que eram estimuladas desde cedo a entrar na Associação, sendo um dos pré-requisitos a castidade. Das associadas era cobrado um comportamento rígido que perpassava a maneira de se vestir, de falar, o gestual, as amizades, as leituras e o comportamento. Nesse contexto, ainda perdurava a concepção natural de inferioridade da mulher, vista como mais inclinada ao pecado da vaidade, atraída pelos aspectos superficiais da vida, necessitando, portanto, de uma constante orientação masculina (AZZI, 1993, p. 113).

Para se adentrar a congregação, geralmente a moça deveria ser indicada e passava por um rigoroso processo. Primeiramente era admitida como aspirante e só depois de apresentar os requisitos necessários, passava a condição de Congregada recebendo o “distintivo azul” que simbolizava o pertencimento ao grupo e era uma marca identitária. É importante destacar que pertencer a Associação, mais que uma influência normatizadora da Igreja que tentava impor modelos de comportamento, era também um elemento de status perante as demais. Ser Filha de Maria era fazer parte de um seletivo grupo portador de uma identidade específica que diferenciava a integrante das demais moças. O trecho do depoimento abaixo ilustra esse fascínio que a Filha de Maria exercia nas demais jovens.

Mas eu cheguei a ser aspirante. Por que veja, eu nasci em 1957 então quando eu era criança ainda existia a associação. Lembro que a gente usava também um vestido branco com uma fita verde, estreita. Foi no final dos anos 60 e início dos anos 70 mais ou menos. A gente ia se comungar todas ao mesmo tempo. E via as Filhas de Maria moças bonitas todas de branco. Então a gente se espelhava nelas (Depoimento de B.C.)

Para o sociólogo Denys Cuche “todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-lo no conjunto social. Ela é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo e o distingue dos outros grupos. É uma modalidade de categorização da distinção nós/eles, baseada na diferença cultural” (CUCHE, 1996, p.177). Assim, o pertencimento a Associação se tornava em um elemento muito importante de alteridade e que tem apelo muito forte na forma pela qual àquelas que pertenceram ao grupo lembram. Refletindo sobre a função da memória no processo de construção da identidade destaca-se também aquilo que o antropólogo Joel Candau chama de memória forte e memória fraca. Para o autor uma memória forte é uma memória organizadora no sentido de que é uma dimensão importante da estruturação de um grupo e na representação que ele vai ter de sua própria identidade. Uma memória forte é aquela que é compartilhada mais massivamente pelo grupo, sendo mais facilmente encontrada em grupos menores (CANDAU, 2012, p.44-45). Assim, a experiência de pertencer a Associação insere as moças em cadeias de filiação identitária, distinguindo-as e diferenciando-as em relação a outras. Portanto, nos indivíduos, não há uma memória do grupo (coletiva) sem os suportes de memória ritualisticamente compartilhados

(CATROGA, 2001, p.48). A forma de rememorar os ritos, as cobranças, as interdições e aspectos da sociabilidade refletem essa experiência de uma memória compartilhada.

Na composição da Associação nem todas eram iguais em relação aos cargos e funções. Existia uma hierarquia cujo tempo de pertencimento no grupo diferenciava o acesso a essas posições. De acordo com o Manual das Filhas de Maria, a associação deveria ser administrada por um Conselho composto dos seguintes cargos: um padre Diretor, uma presidente, uma vice-presidente, uma 1ª secretária, uma 2ª secretária, uma tesoureira, e um número de Conselheiras, segundo o critério do diretor. O mandato do Conselho deveria ser de no máximo 3 anos, findo esse prazo deveriam ser feitas novas eleições. Na paróquia em estudo as eleições ocorriam anualmente. É importante destacar que, embora fosse uma associação feminina, a supervisão dela estava sob a vigilância do padre que era aquele que tinha o poder de advertir, suspender e até expulsar as associadas que incorressem em infrações. Em outras palavras os mecanismos de controle estavam sob autoridade masculina, o que explicita a hierarquia de perpetuação das posições de gênero na Igreja Católica.

No que diz respeito ao discurso católico sobre o feminino é importante analisar as suas condições de produção e de veiculação. Destaca-se que a maior parte dos documentos produzidos sobre as mulheres (como, por exemplo, as atas da associação) foram feitos a partir da fala de um enunciador (padre, que é um homem) porta voz de uma instituição (Igreja Católica).⁴ As concepções de feminino partem de um olhar masculino. Partindo da tese de Foucault, em toda sociedade a produção dos discursos é regulada, selecionada, organizada e redistribuída conjugando poderes e perigos (FOUCAULT, 1996). A Igreja Católica é a instituição que condensa a produção e distribuição dos discursos. O sacerdote é um sujeito instituído que exerce o poder da palavra por meio de um ritual, ou seja, na concepção do autor ele ritualiza o discurso.

Esse ritual é mágico, pois dá eficácia ao discurso de autoridade, ou seja, as palavras do religioso traduzem toda a autoridade da instituição e seu poder simbólico sobre os bens religiosos do qual as associadas compartilham. Destaca-se que boa parte do discurso eclesialístico veiculado tinha caráter pedagógico, pois, buscava educar, incutir valores, definir comportamentos. Conforme Foucault todo sistema de ensino é nada menos que uma ritualização da palavra, a fixação dos papéis para os sujeitos que falam e uma distribuição e apropriação dos discursos (FOUCAULT, 1996, p.45). Também é importante levar em consideração a cena e a *deixis* onde ocorre esse discurso⁵: espaços da Igreja que dão legitimidade as palavras do porta-voz da instituição e que tem impacto na sua escrita, visto que se trata de um período marcado por acentuado clericalismo. Da mesma forma, a posição dos sujeitos em relação ao discurso proferido.

⁴ Segundo a classificação dos discursos proposta por Afrânio Garcia podemos definir o discurso do padre como um discurso dominante como sendo aquele que “verbaliza a fala, os princípios, os anseios e os ditames da oligarquia que detém o poder num determinado contexto e também um discurso autorizado, como aquele proferido por alguém dotado de *autoridade* para ser o porta-voz de um determinado segmento social ou instituição” (GARCIA, 2003, p.186-187).

⁵ Aqui estamos levando em consideração o caráter performativo do discurso conforme propõe Dominique Maingueneau.

Ao analisar o conteúdo das atas da congregação, bem como as lembranças das depoentes, percebemos que alguns elementos relativos ao comportamento das associadas ocupam lugar de destaque.⁶ O cotidiano de uma Filha de Maria deveria se amparar no tripé: castidade, obediência e humildade/devoção, considerado pela Igreja como as mais belas virtudes femininas. Nessa direção, podemos destacar basicamente três pontos que são reiterados nesse processo de vigilância e controle: as vestimentas, a frequência nas atividades da Confraria e o comportamento das moças dentro e fora da Igreja.

As fontes aqui analisadas apresentam aspectos muito ricos para discutir a doutrinação, às interdições, a transgressão as normas, a vontade de verdade, a relação entre a Igreja e os sujeitos, a linguagem utilizada, o imaginário entre outros elementos pertinentes a Análise do Discurso. Da mesma maneira a partir do cruzamento das fontes escritas com as fontes orais é interessante pensar a maneira pela qual todo esse conjunto de normas era internalizado pelas moças que participaram da associação e de como estas construíam sua identidade, bem como a maneira como essas experiências estão presentes em suas memórias.

Dentre os três aspectos selecionados, o primeiro a ser destacado é aquele referente às vestimentas. O traje feminino era cuidadosamente vigiado para que não ficasse exposto nenhum detalhe de um dos principais objetos de temor da Igreja: o corpo feminino. Este era visto como lugar de pecado. A juventude era educada nos moldes tradicionais, aprendendo a considerá-lo como um elemento negativo, devendo, na medida do possível ocultá-lo ou até mesmo negá-lo (AZZI, 1993, p.125).

Nos espaços religiosos, a negação do corpo se fazia de forma mais intensa. No caso das Filhas de Maria, o controle era muito maior, visto que elas deveriam servir de exemplo para as demais. Essa visão do feminino não é específica do catolicismo ultramontano, desde muitos séculos predominava a visão de Eva, representada na arte semínua e como símbolo do pecado. A Igreja se empenhou em fazer triunfar o modelo de Maria cheia de graça e pureza e sempre representada com o corpo coberto. Seguindo esses padrões religiosos, o corpo era algo que deveria ser disciplinado através de um conjunto de regras, vestimentas, mortificações e de complexos rituais que visavam libertá-los do pecado para que a alma fosse purificada (CORBIN, 2008, p.74-82). O corpo é tabu, objeto de interdição porque nele está contido aquilo que mais deve ser ocultado e silenciado: a sexualidade.

O vestido branco de mangas longas e sem decotes e o uso do véu eram aparatos indispensáveis do vestuário de uma Filha de Maria e constantemente reiterados pelo olhar vigilante do padre diretor e da própria comunidade. A modernização dos costumes ameaçava as representações dos papéis de gênero construídos nos discursos católicos. Assim, as mudanças na moda, como o uso de vestimentas curtas e justas, do decote, das roupas de praia entre outras que tanto seduziam as jovens passaram a ser combatidos e se tornaram objetos de temor e interdição por parte da Igreja. Essa interdição pode ser vislumbrada na escrita da Filha de Maria Alice Cunico em 1947 ao relatar a fala do padre diretor:

⁶ Todos os deveres de uma Filha de Maria está contido no **Manual da Pia União das Filhas de Maria**.

Disse que devemos ser modestas no vestir, não usar mangas nem vestidos demasiados curtos e nunca admitir no traje certas modas ridículas e exageradas que ofenda a honestidade, que devemos esforçarmos para crescer na piedade, e assim tornar-nos modelos da virtude cristã, imitando S. Terezinha na sua humildade, obediência e sobretudo na sua pureza virginal (LIVRO DE ATAS, 7 de dezembro de 1947).

Na mesma direção em 1950, em outra ata, o tema das vestimentas era novamente enfatizado:

(...) O padre diretor tomando a palavra deu uns avisos sobre os modos de se vestir dizendo que não devemos usar as mangas muito curtas. Nos mosas cristãs podemos acompanhar as modas que a Igreja nunca as condenou, mas que ela condena o exagero imoral, de certas modas que a pouco, vai destruindo o pudor. Guardemos a modéstia sempre e em toda a parte, que o nosso bom exemplo poderá alcançar a conversão de muitas, e assim mostraremos ao mundo que não é outro caminho de salvação se não o caminho da virtude (LIVRO DE ATAS, 1 de janeiro de 1950).

Conforme apontam os trechos dos documentos a roupa era uma forma da jovem representar a pureza do corpo. Vestir-se respeitosamente era uma maneira de provar o respeito a moral e aos bons costumes e era o comportamento esperado pela Igreja e pela sociedade. Além do vestuário branco, comprido e *sem enfeites* (conforme sempre enfatizava o padre Francisco Corso) toda Filha de Maria deveria deixar a mostra a Fita azul, símbolo máximo do pertencimento a Congregação. Era muito mais que um simples pedaço de pano com uma medalha prateada que reluzia em meio à alvura das vestes brancas. Era a fita azul que conferia a moça uma identidade própria que a diferenciava das demais e que lhe elevava a um status de pura, obediente e respeitável.

A apresentação de todas as Filhas de Maria na missa de seu domingo específico (1º domingo do mês), as quais deveriam se apresentar todas de branco, simbolizando a pureza e a castidade do corpo, como servas de Maria e discípulas de S. Inês, representava uma atitude da Igreja em transformar a celebração em espetáculo de demonstração das virtudes a serem implantadas no comportamento feminino. Essa imagem, das filhas de Maria vestidas todas de branco também é marcante na memória das jovens que vivenciaram essa experiência.

Era o primeiro domingo de cada mês que as filhas de Maria tinha que estar de uniforme né, então... Eram lisos brancos, tinha aquela faixa azul, o véu, não podia entrar sem véu. Então sempre tem aquelas que podem mais, aquelas que podem menos. Aquelas que podem mais compravam uma renda muito bonita, muito bonitinha mesmo. Na verdade ostentava ali, a ostentação era no véu. Enfeite

podia, só dependia o tipo porque tinha o dia especial da Filha de Maria (DEPOIMENTO de M.B).

(...) Também eram bem rígidas. As roupas de ir na Igreja, a gente não podia ir de manga curta. Não podia ir comungar sem meia, sem véu na cabeça. Se tinha lugar na Igreja na frente, ninguém podia ficar de pé lá atrás. Porque ele descia do altar e ia buscar (DEPOIMENTO de J.D.).

A valorização da castidade foi um dos emblemas defendidos pelo catolicismo ultramontano com tenacidade, não só para as mulheres, mas também para os homens. Em 25 de março 1954, por ocasião da comemoração da festa da Anunciação de Nossa Senhora, o Papa Pio XI publicou a Carta Encíclica *Sacra Virginitas* no qual definiu a virgindade e a castidade perfeita como o *mais belo florão da Igreja* (PIO XI, 25 DE MARÇO DE 1954).

Ao tratar das exortações do sacerdote em relação às vestimentas adequadas que as moças deveriam usar, não só nas celebrações, mas em todas as atividades cotidianas podemos nos reportar ao que Bourdieu fala sobre o caráter performativo do enunciatário (BOURDIEU, 1996). Afinal, o padre não é um indivíduo qualquer naquela sociedade, seu discurso é revestido de autoridade. Para o autor, a palavra autorizada é de fundamental importância para a eficácia do discurso. A palavra do padre se transforma em lei.

Além da castidade das roupas, outro tema recorrente nas atas da associação e na memória das depoentes e que chegaram a ser motivo de suspensão foram os bailes. O discurso eclesástico em relação aos divertimentos vinha carregado de um tom pecaminoso. Os prazeres do corpo estavam sempre associados ao mal, à tentação e ao diabo. No caso da paróquia em estudo, os bailes eram atacados pelos padres com o argumento de que eram considerados perigosos e uma das ameaças mais terríveis às virtudes de uma Filha de Maria, conforme explicita o trecho abaixo:

O padre diretor nos fez uma explicação sobre como devemos evitar o pecado. Deu-nos também uns avisos sobre os bailes, pedindo-nos a não virmos a este divertimento, que para nós filhas de Maria, a divertimentos mais modestos. Dizendo que o baile é o mais terrível inimigo da virtude, que só corrompem os bons costumes, alimentam os vícios, e mancham a consciência. E se alguém ao voltar do baile nos afirma que não pecou, teremos muita dificuldade em acreditá-la (...). Falou também sobre os divertimentos proibidos, particularmente os dias de carnaval, que é para nós jovens evitar todos os espetáculos e divertimentos perigosos, principalmente o baile que é o mais terrível inimigo da virtude. Disse que uma pessoa que entra no baile embora possa permanecer pura de corpo e de vontade sai culpada, porque aos olhos, dos ouvidos e da língua já sofreram. E só será permitido as danças respeitadas onde á modéstia e dignidade e dançar muito pouco porque fazendo diversamente podemos cairmos no perigo de habituarmos a dança (LIVRO DE ATAS, 3 de janeiro de 1948 e 2 de julho de 1950).

O discurso religioso vinha carregado de interdições. Conforme aponta Foucault dos três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso, a palavra proibida é o que mais se faz presente no discurso religioso. A interdição maior sempre esteve relacionada à sexualidade, daí os constantes ataques em relação aos bailes. O ponto de vista moral e a prática religiosa estão intimamente ligados. Portanto, para que fosse observada a integridade das normas da instituição era necessário que qualquer desvio de conduta fosse reprimido e combatido. O depoimento de uma Filha de Maria demonstra o quanto os bailes eram repreendidos, inclusive, a participação das associadas em tais divertimentos poderia gerar suspensões e até expulsões.

Os padres do tempo que eu fui secretaria houve um bailinho né num sei aonde. Não lembro aonde foi esse baile. Eu sei que as Filhas de Maria que participou, ele tirou da associação (...). Brigavam muito, porque eu daí não perdi o cargo de secretaria porque eu não gostava de baile. Eu não participei. E daí as que participaram ficaram revoltadas né. Por que tinha que ter um lazer e eram bailes, mas não como hoje. E eles achavam, ele achava que as Filhas de Maria não podiam participar. (DEPOIMENTO de M.B).

As ocasiões de festas e divertimentos eram censuradas pelos padres, justamente porque eram estes os principais espaços onde os jovens podiam se libertar da vigilância e da observação da família ou do padre. O próprio manual das Filhas de Maria advertia que só seria permitida a participação em bailes, desde que na presença dos pais onde fosse respeitada a modéstia. Os dias de carnaval eram utilizados pela Igreja para a realização de retiros espirituais, uma tentativa para evitar que as congregadas e demais paroquianas participassem de danças e outros divertimentos profanos conforme aponta a depoente V. S. quando indagada sobre a participação nos retiros: *Era no carnaval. Ia na sexta-feira de noite e voltava na quarta-feira de cinzas de manhã. Sempre no carnaval.*

Os bailes, de um modo geral, eram duramente atacados pelos padres porque, especialmente quando associados à bebida, levavam a uma das grandes preocupação do clero: a liberalidade sexual. Esse é um dos principais motivos que os bailes e festas passaram a ser combatidos. O discurso eclesiástico em relação aos divertimentos vinha carregado de um tom pecaminoso. Para o sacerdote Pietro Cobalchini autor da obra *Guida Spirituale per L'Emigrato nella América* e árduo defensor do ultramontanismo, um bom cristão deveria fugir dos espaços mundanos, sobretudo daqueles que poderiam expor a perigos de contaminar a alma (COBALCHINI, 1896, p.72).

Apesar da proibição da Igreja, a historiografia mostra que em muitos lugares a prática do baile existia, mesmo em áreas sobre forte influência da Romanização. A imposição de uma moral monacal era uma forma de tentar regradar o comportamento não só das jovens, mas de toda a comunidade. Apesar do temor que a figura do sacerdote inspirava e de sua posição mítica naquele grupo, a existência de desvios de conduta e até mesmo de Filhas de Maria que desafiaram a autoridade clerical não deixaram de existir.

Exemplo disso, conforme aponta a ata de 4 de julho de 1948 foi registrado o caso de uma Filha de Maria *que foi suspensa por um ano, por não se comportar devidamente numa festa, faltando ao respeito com o padre diretor* (LIVRO DE ATAS, 4 de julho de 1948). Não temos, nesse documento, o desenrolar desse processo, mas de qualquer forma percebe-se que os sacerdotes se valiam de sua autoridade para punir, proibir e recompensar fideis que se adequavam ou não as normas estabelecidas. Na mesma direção uma das depoentes nos relatou sobre uma moça que pertencia a Associação e que foi convidada a se retirar porque teve envolvimento amoroso considerados ilícitos. Situações como essas poderiam trazer prejuízos para o indivíduo, visto que aos olhos da comunidade, a exclusão ou suspensão, pelo qual motivo fosse, poderia ser, sinônimo de vergonha, ou até mesmo de estigma na comunidade.

O poder exercido pelo sacerdote na comunidade e a imagem que a própria Igreja criava em torno dele é um aspecto que merece destaque, inclusive a questão da autoridade que está presente de forma emblemática nos discursos eclesiais, conforme aponta o trecho a seguir:

(...) Falou também sobre o respeito aos sacerdotes, dizendo que devemos respeitá-los. Pois o sacerdote não é como um homem qualquer. É um homem criado por Deus, na verdadeira essência das perfeições divinas. É perfeita imagem de Cristo que está na terra, para salvar o mundo, reunir as almas cativas das culpas pecaminosas, é a verdade, o sal da terra que santifica os passos errados de todos os viventes. Ser padre é ser Jesus Cristo, ungido e sagrado para trazer-nos na terra a hóstia santa e bendita, para habitar em nossos corações, e em nossas almas (LIVRO DE ATAS, 6 de março de 1949).

Essa imagem santificada do sacerdote descrita na fala do padre Francisco Corso ilustra bem o espírito autoritário do catolicismo ultramontano e o papel atribuído ao sacerdote. Ao diferenciá-lo de um homem comum e compará-lo com Jesus Cristo esse texto revela aquilo que Bourdieu chama de linguagem de autoridade e do simbolismo ritual. O primeiro postula que a especificidade do discurso de autoridade (como um sermão) reside no fato de que não basta que ele seja compreendido; é preciso que ele seja reconhecido enquanto tal para que exerça seu poder próprio. Tal reconhecimento somente tem lugar como se fora algo evidente e pronunciado pela pessoa autorizada a fazê-lo, aquele que é conhecido e reconhecido por sua habilidade e também apto a produzir discursos; deve ser pronunciado em uma situação legítima, perante receptores legítimos e enunciados nas formas legítimas. Já o simbolismo ritual se manifesta a partir do poder que é delegado pela instituição (a Igreja) que lhe confere legitimidade e na forma como a palavra é verbalizada e ritualizada (BOURDIEU, 1996, p.9-12).

Outro ponto importante a ser destacado diz respeito ao comportamento esperado de uma Filha de Maria, tanto nos espaços da Igreja como fora dela. Nas missas e demais atividades da associação uma congregada deveria demonstrar comportamento exemplar.

(...) o padre nos recomendou em particular, para sermos fervorosas nas orações, devotas na audição da S. Missa e sempre prontas na recepção dos S. Sacramentos, cumprir fielmente todos os deveres religiosos, ser obediente em tudo no que diz respeito a S. Igreja, ao lar e a sociedade (LIVRO DE ATAS, 4 de abril de 1948).

A obediência era um atributo indispensável da Filha de Maria seja na Igreja ou no lar como esposa, mãe ou filha. Em relação à vivência dentro da associação as moças deveriam se mostrar sempre prestativas e prontas para ajudar no que fosse necessário para o bom funcionamento da Igreja. No livro de atas da congregação foram constantes as chamadas de atenção em relação ao não cumprimento de alguns deveres considerados básicos para uma associada, especialmente no que diz respeito às faltas nas reuniões, as intrigas entre as congregadas e o não cumprimento de tarefas como limpeza dos espaços religiosos.

Além da obediência, a devoção era outra virtude requerida em uma Filha de Maria. Eram aspectos inseparáveis. Constantemente eram chamadas a imitar os exemplos das santas cristãs (especialmente Santa Inês) que souberam praticar as virtudes da obediência, humildade, castidade e devoção. Uma Filha de Maria exemplar deveria se mostrar sempre disposta a cumprir com todos os deveres de associada. Deveria se confessar bem, fazendo-a como se fosse à última de sua vida, nunca faltar as missas nos domingos e dias santos e sempre participar ativamente das atividades da associação (procissões, novenas, ladainhas, terços etc). Deveriam se mostrar a comunidade como exemplos de piedade e devoção. Portanto a obediência às regras deveria ser vista como uma coisa boa conforme salientou o padre Francisco Corso, transcrito pela secretária Alice Cunico: *Para uma verdadeira Filha de Maria as regras não são peso nem escravidão, mas sim um prazer e uma glória* (LIVRO DE ATAS, 2 de março de 1950).

A questão do pecado é uma ameaça constante que paira sob a vida do católico. A Igreja como portadora dos bens de salvação se colocava como a intermediária para a redenção do pecado que só poderia ser conseguido como uma boa confissão. No contexto de romanização do catolicismo a confissão adquiriu um valor especial. No que tange as mulheres era uma das melhores formas do clero exercer seu domínio e controle. Feita de forma individualizada, era talvez, o principal poder clerical. Poder certamente simbólico, pois não acarretava penas físicas, mas era temido e temível, pois conferia a seu detentor o poder de julgar e absolver, sem recurso nem apelação, exceto no além (NAHUN, 1992, p.403). O sacramento era visto como um remédio para a saúde da alma. No *Guida Spirituale per L'Emigrato nella América de 1896*, o padre Pietro Cobalchini defendia para os imigrantes o uso freqüente da confissão como forma de curar os males da alma trazidos pelos prazeres mundanos (COBALCHINI, 1896). A confissão se constituía em um elemento fundamental na prática religiosa do católico, internalizada como obrigação e que era repassada pela própria família.

A mãe falava a gente é obrigado a confessar os pecados mortais, mas é bom confessar também os pecados veniais. Então quando

you didn't have a grave sin, those counsels that the father gave, I was listening. People also complained. If I had any problem I talked. It was a very different life (DEPOIMENTO DE M.B.).

The sin and the hell were constant threats and presents in the Catholic imaginary. As the Daughters of Maria were constantly led to reflect on the fear that a life of sins could lead to. Therefore they were warned of the risks of a 'badly made confession'.

(...) The Director told us about the sacrament of confession, and mainly about the badly made confessions. Saying that we should confess well, that each confession that we make, that we should make as if it were the last of our life. For us there was also a consideration of mortal sin, that for a person to fall into hell it is enough to die in a state of mortal sin, and for a unique mortal sin to fall into this eternal punishment, even if it had been our previous life a holy life (LIVRO DE ATAS, 2 de março de 1948).

To conclude, after problematizing the memory about the Pia União das Filhas de Maria we perceive the presence of a discourse strongly disciplining that sought to normalize and control the feminine behavior. Through the control of the goods of salvation, the regulation of the vestments, the gesture and the prohibitions the Church sought to mold an ideal of femininity. When we look at this association initially we perceive a group united and cohesive around the devotion to the Virgin Mary, follower of rules, fulfiller of duties and bearer of virtues, as expected by the Church. However, despite the whole surveillance and the normalizations imposed by the clergy it is possible to notice moments of escape, in which some girls defied the norms. Throughout the records and the speech of the deponents we notice that the signs of disobedience and transgressions were not rare. As the girls who wore jewelry in their white clothes, who abused the length of the dresses, who argued with their colleagues, who missed the masses or meetings for the most different reasons, who participated in dances or even those who defied the authority of the father are examples of how the strategies of domination and control of the Church were incomplete. Cases of disobedience do not necessarily imply in a non-doctrination of the practices, very on the contrary, they indicate the complexity of the social relations and the cultural practices that cannot be reduced to a simple binomial dominant/dominated or authoritarian/obedient.

Fontes Escritas

COBALHINI, Pietro. *Il Guida Spirituale per L'Emigrato Italiano Nella America (1896)*. Disponível em www.scalabrinianos.org.br/documentos

Livros de Atas da Pia União das Filhas de Maria (Paróquia de São Sebastião, Campo Largo PR), 1947-1965.

MANUAL DA PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA. 7ª Edição. São Paulo: Federação Mariana Feminina, 1948. 7ª Edição.

SACRA VIRGINITAS, PIO XI, 25 DE MARÇO DE 1954. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_pxii_enc_25031_954_sacra-virginitas_po.html Acesso em 23/7/2013.

Fontes Orais

Entrevista com J. D. em 31/01/2013; (Campo Largo – PR).

Entrevista com B. C. em 31/01/2013; (Campo Largo – PR).

Entrevista com M. B. em 06/11/2012; (Campo Largo – PR).

Entrevista com V. S. em 27/02/2013; (Campo Largo – PR).

Referências Bibliográficas

AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *Família, mulher, sexualidade e Igreja na História do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. Trad. Sérgio Miceli et ale. São Paulo: Edusp, 1996.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. “Analisando o discurso” In. *Introdução à Análise do discurso*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CATROGA, Fernando. “Memória e História” In. PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

CORBIN, Alain. A Influência da religião. In. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges. *História do Corpo: Da Revolução à Grande Guerra*. Petrópolis: Vozes, 2008.

- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. São Paulo: Edusc, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 7ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GARCIA, Afrânio. “Tipos de discurso” *Soletras*, Ano III, nº 05 e 06, São Gonçalo: Uerj, 2003.
- GIORGIO, Michela de. “O modelo católico” In. PERROT, Michelle & DUBY, Georges. *História das Mulheres* vol. 5. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- GUARIZA, Nádia Maria. *Incorporação e (Re) criação nas margens: trajetórias femininas no catolicismo*. UFPR (Doutorado em História), 2009.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. São Paulo: Brasiliense 1989.
- MOTA-RIBEIRO, S. ‘Ser Eva e dever ser Maria: paradigmas femininos no cristianismo’. *IV Congresso português de Sociologia*, Universidade de Coimbra, 17-19 de abril de 2000.
- NAHUN, Vicent. “Os católicos: o imaginário e o pecado”. In *História da Vida privada: da Primeira Guerra aos nossos dias*, vol.5. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- OLIVEIRA, Gustavo Souza de. Em favor da virtude: romanização e as Filhas de Maria. *Temporalidades* – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 1, n.º 2, ago./dez. 2009.
- ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- RIBAS, Ana Claudia. A sombra das virgens: “os códigos de conduta da Pia União das Filhas de Maria” na primeira metade do século XX. In. *Anais do Fazendo Gênero 9: Diásporas, deslocamentos e identidades*. Florianópolis: UFSC, 23 a 26 agosto de 2010.
- SCARPIM, Fábio Augusto. Imigração e Romanização: o ideal de colono católico proposto pelo Padre Pietro Cobalchini para as áreas de colonização italiana no Sul do Brasil. *Anais do I Congresso Internacional de História Unicentro/UEPG*. Irati: Unicentro, 2013.
- SILVA, Maria de Fátima Santana. *A Pia União das Filhas de Maria da cidade de Goiana (1906-1920)*. Mestrado em Ciências da Religião: Universidade Católica de Pernambuco, 2007.
- VANINI, Ismael Antonio. *O sexo, o vinho e o diabo: demografia e sexualidade na colonização italiana do Rio Grande do Sul (1906-1970)*. Passo Fundo: UPF, 2003.